

ARGENTINA: DO ESTRUTURALISMO CEPALINO AO CAOS NEOLIBERAL DA DÉCADA DE 1990.

Fábio Eduardo Iaderozza*

RESUMO

O presente artigo pretende fazer uma análise sobre a evolução da economia argentina durante o século passado, procurando interpretar as peculiaridades de cada etapa do seu processo de desenvolvimento. Para tanto, estamos dividindo nossa análise em 4 partes: 1) de 1929 a 1976, período em que a Argentina implementou um importante processo de industrialização substitutiva com decisiva participação do Estado; 2) 1976 a 1983 quando teremos o golpe militar e seus desdobramentos políticos e econômicos; 3) 1983 a 1989, período que marcou a volta da democracia, porém com importantes desequilíbrios econômicos como inflação e crise da dívida externa; 4) a década de 1990, a aventura neoliberal e o caos econômico.

PALAVRAS-CHAVE: *intervencionismo, neoliberalismo.*

ABSTRACT

The present article intends to analyze the Argentinean Economy evolution during the last century, trying to analyze the peculiarities of each stage of its development process. Thus, we are dividing our analysis in four parts: 1) from 1929 to 1976, period that Argentina implemented an important process of substitutive industrialization with the decisive State participation; 2) 1976 to 1983 when we had the coup d' état and its political and economical consequences; 3) 1983 to 1989, period that set the democracy return, but with important economical unbalance such as inflation and the external debt crisis; 4) the 90's, the neoliberal and the economical chaos.

KEY-WORDS: *interventionism, neoliberalism.*

1. De 1929 a 1976: Estado e industrialização.

A economia da Argentina, desde o início do século XX, sempre apareceu como uma das principais, senão a principal economia da América Latina. Sua forte agroindústria era o seu pólo dinâmico de crescimento, dominando praticamente toda a pauta de exportações do país. Como toda economia que tem no mercado externo sua principal fonte de crescimento, setores da indústria que vinham-se desenvolvendo desde o início do século, influenciados pelo crescente processo de urbanização e expansão do mercado interno¹, tinham uma dependência muito grande em relação à capacidade de importar da economia – cujo coeficiente em 1929 era de 17,8% (FURTADO, 1978) –, principalmente se levarmos em consideração as

* Mestre em Economia Política pela PUC/SP e professor da Faculdade de Economia da Associação Padre Anchieta de Ensino, Jundiaí (SP). Endereço eletrônico: fiaderozza@uol.com.br

¹ Segundo FURTADO (1978), em 1929 a participação do setor industrial no PIB argentino era de 22,8%, o mais elevado índice em toda América Latina no período.

importações de insumos e de bens de capital, bens que as economias do continente não produziam no período.

É desnecessário dizer que numa economia assim estruturada, os interesses da elite local vão estar diretamente vinculados aos interesses do grande capital comercial internacional, o que significa dizer que outros setores da economia argentina eram obrigados a aceitar aquele modelo. Mesmo após a crise de 1929, que atingiu em cheio o setor exportador, medidas de caráter protecionistas e intervencionistas foram tomadas muito mais em função das limitações cambiais que a crise impôs à economia da Argentina, do que em função de uma ação deliberada de política econômica com vistas a engendrar algum processo substitutivo.

A crise provocou forte impacto sobre a economia Argentina, com o PIB acumulando uma queda de 13,8% no período 1929 a 1932. A indústria de transformação sofreu queda de 17,8% que somente recuperaria o nível pré-crise a partir de meados da década de 1930 quando em 1937 atinge 25,6% do PIB. A partir da crise vamos observar também uma queda contínua do coeficiente de importações que sofreu redução de 17,8% em 1929 para 13,0% em 1937 o que acabou criando as condições internas necessárias para que se levasse adiante um processo de industrialização baseado na substituição de importações².

Mas foi a partir da década de 1940, com a ascensão do “peronismo” e da difusão das idéias daquele que por muitos anos dirigiu o Banco Central argentino, o economista Raul Prebisch, importante intelectual latino-americano³, que o Estado passou a ter uma participação mais decisiva nos rumos da economia Argentina principalmente no que diz respeito ao seu processo substitutivo.

Várias iniciativas governamentais foram decisivas para que a economia da argentina apresentasse desempenho apreciável sobretudo a partir do pós-guerra:

“Entre 1943 e 1955 os dispositivos cambiais e aduaneiros (licenças prévias, tarifas e cotas de importação) foram bastante usados e, a partir de 1944, a criação do Banco de Crédito Industrial instituiu o crédito preferencial do médio e longo prazo. Nesse mesmo ano, uma lei criava o sistema de Proteção e Promoção de Indústrias de interesse nacional (onde se destacavam as que utilizavam insumos nacionais). (...) A criação, em 1941, da Direção Nacional das Fábricas militares que já iniciara a pequena produção de aço e, a partir de 1947, programara a grande siderúrgica integrada, e da criação, em 1947, da Direção Nacional das Indústrias do Estado, a partir da expropriação das ‘empresas pertencentes ao capital inimigo’, notadamente as alemãs (...) foram responsáveis pelo avanço da siderurgia, química e bens de capital.” (CANO, 1999: 101)

² Dados em CANO (1999) e FURTADO (1978).

³ Não podemos deixar de considerar a importância que o pensamento de Raul Prebisch exerceu sobre os intelectuais não só da Argentina, tendo sido também a base para a criação da própria Cepal.

Como se pode notar, a influência do intervencionismo na condução da política econômica argentina desde a eclosão da crise de 1929, mas principalmente a partir da década de 1940, parece-nos evidente e apesar das descontinuidades verificadas em função de períodos políticos turbulentos, a tendência foi o abandono progressivo das práticas liberais, em contraposição ao crescimento da participação do Estado, marcando o desenvolvimento da economia argentina no período, que deu um salto ao mesmo tempo qualitativo e quantitativo. Para se ter uma idéia, no período que compreende os anos de 1946 a 1948, quando ocorreu o auge do peronismo, observa-se um crescimento bastante razoável do PIB, que obteve uma taxa média de crescimento em torno de 7,3% (contra 4,2% entre 1943 a 1946), sendo que a indústria de transformação elevou sua participação no PIB para 31,1% (contra 25,6% em 1937), com o produto industrial crescendo 73% no período 1937-1947, contra 23% no período 1929-1937. Já o coeficiente de importações que em 1937 era de 13%, reduz para 11,7% em 1947.⁴

Contudo, a economia argentina ainda carecia de uma maior diversificação na estrutura industrial, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento mais significativo da indústria de bens de capital (máquinas e equipamentos), de bens intermediários (insumos básicos) e de bens de consumo duráveis (material de transportes e eletrodomésticos). Faltava ao país realizar a chamada "industrialização pesada", fundamental para tornar endógena as decisões de investimentos e a consequente reprodução da capacidade produtiva.

Esta iria ocorrer a partir do início da década de 1960, quando o Estado passou a investir e também criar condições para o surgimento de investimentos nos setores que elencamos acima, num processo semelhante ao que ocorreu no Brasil na década de 1950 quando o Estado, aproveitando o momento de transnacionalização da economia mundial, procurou atrair o capital estrangeiro para atuar em áreas onde a complexidade tecnológica se constituía em grande empecilho. Diante disso, as indústrias de bens de capital e de consumo duráveis, que em 1960 respondiam juntas por 28,7% do total da estrutura produtiva da indústria de transformação, elevaram esse percentual para 34,2% em 1971. Vejamos outros dados: a produção de montagem de veículos, que em 1966 era de 179,4 mil, passou para 254,2 mil em 1972; a produção de aço em lingotes, que em 1958 era de 244 mil toneladas, passou para 2.103 mil toneladas em 1972; e a geração de energia elétrica, que em 1957 era de 9,418 kwh, passou para 26,700 kwh em 1973.⁵

Quanto ao aspecto distributivo, notamos que a Argentina era um dos países na América Latina com maior equilíbrio nesse quesito no final da década de 1960, conforme nos mostra FURTADO (1978: 94-5):

⁴ Dados em CANO (1999) e FURTADO (1978)

⁵ Dados em FURTADO (1978)

“A Argentina apresenta o esquema de distribuição menos desigual, o que se explica facilmente pela menor disparidade que existe nesse país entre os níveis de vida das populações rural e urbana.”

E, ao comparar com países como Brasil e México, FURTADO concluí que:

“A diferença mais significativa a assinalar entre a Argentina, de um lado, e o Brasil e o México, do outro, é que no primeiro desses países os 20% da população de níveis de renda mais baixos, têm um padrão de vida que é mais de três vezes mais alto que idêntico grupo no Brasil ou no México, e com respeito ao Brasil superior à média nacional. Em outras palavras, o quinto mais pobre da população Argentina tem uma renda média de 300 dólares de poder aquisitivo em 1960, ao passo que a metade mais pobre das populações brasileira e mexicana tem renda média em torno dos 150 dólares, o que significa que essas populações somente se integram na economia monetária de forma marginal.”

Durante a década de 1960 e início da década de 1970, é possível se observar o crescimento da efervescência política na Argentina, cuja principal característica ~~foram as constantes interrupções do processo democrático~~ essas interrupções, com participação ativa dos militares, foram motivadas pela presença sempre marcante – e preocupante para as elites – do peronismo e seu populismo de esquerda no jogo político. No entanto, a crescente insatisfação popular com aquele estado de coisas fez aumentar a pressão pela volta da abertura política cujo desfecho se deu em 1973 com a volta de Perón do exílio e seu retorno à presidência da República.

A frustração tomou conta do povo argentino – principalmente das camadas mais populares – quando em julho de 1974 morreu Perón e assumiu sua mulher e vice-presidente Isabel Perón. Os anos de 1974 a 1976 foram então de grande instabilidade política e econômica, até quando finalmente em março de 1976 foi dado aquele que seria o último golpe militar na Argentina – pelo menos até os dias atuais. Isabel Perón foi destituída e em seu lugar assume o General Vidella que ficou no poder até 1981 quando foi substituído pelo General Galtieri em dezembro daquele ano.

HOBBSAWM faz a seguinte consideração sobre esse delicado momento político vivido pelo povo argentino, mostrando que a relação entre o peronismo e as elites civis e militares nunca foi de muita cordialidade, muito pelo contrário, o que só reforça a sensação de que a origem das sucessivas rupturas políticas verificadas em países latino-americanos, aconteceram devido ao caráter extremamente con-

⁶ O que não chega a ser surpreendente em se tratando da política Argentina. Entre 1929 a 1976 “a Argentina sofreu grande instabilidade política e descontinuidade de seus governos. Nesses 47 anos, teve 19 governos (contando-se os três mandatos de Perón), dos quais oito por via não eleitoral. Dos 11 eleitos (como presidente ou vice), só 02 completaram seus mandatos e 09 tiveram mandatos curtos, por morte, renúncia ou deposição; dos não eleitos, 04 foram depostos ou ‘substituídos’ e outros 04 tiveram mandatos integrais, porém de curta duração.” (CANO, 1999: 92-3)

servador das nossas elites. Estas não estavam – e ainda não estão – nenhum pouco dispostas em permitir que mudanças, sejam no campo das idéias, sejam nas estruturas econômicas, sociais e políticas, pudessem significar alguma ameaça aos seus interesses mais imediatos. Em suma, essas rupturas vão ocorrer ou para manter o *status quo*, ou para fazer com que se restabeleça uma situação em que volte a prevalecer os interesses da elite.

“Na Argentina, eles derrubaram o caudilho populista Juan Domingo Perón (1895-1974), cuja força estava na organização dos trabalhadores e na mobilização dos pobres, após o que se viram retomando o poder a intervalos, pois o movimento de massa peronista se revelou indestrutível e não pôde constituir nenhuma alternativa civil estável. Quando Perón voltou do exílio em 1973, dessa vez com grande parte da esquerda local pendurada nas abas de sua casaca, demonstrando mais uma vez a predominância de seus seguidores, os militares mais uma vez assumiram o poder com sangue, tortura e retórica patriótica, até serem desalojados após a derrota de suas forças armadas na breve, inútil mas decisiva guerra Anglo-Argentina de 1982.” (HOBSBAWM, 1995: 429)

2. De 1976 a 1983: Regime militar, abertura e crise.

No curto período em que estiveram no poder, os militares argentinos, a exemplo de seus congêneres no Chile, conseguiram a façanha de realizar um importante processo de desindustrialização a partir da desastrosa abertura comercial que foi imposta ao país no início do regime. Não contentes, levaram o país a uma aventura bélica inconseqüente sobre todos os aspectos contra a Inglaterra pela posse das Malvinas, que culminou com a morte de um número bastante significativo de jovens argentinos. A partir de então, não restava outra alternativa, senão devolver o poder a um civil. Mas aí o estrago já estava feito: crescimento das importações, importantes modificações na indústria de transformação, inflação alta, redução do PIB e crise da dívida externa.

A propósito das reformas liberalizantes adotadas a partir de 1976 pelo governo, CANO (1999:110) nos mostra que:

“A reforma comercial compreendeu a eliminação do câmbio múltiplo e de restrições às exportações, diminuição da tarifa média de importação de 93% para 52% e aumento dos incentivos às exportações... Em 1977 foi feita a reforma financeira, liberando os fluxos de capital externo, as taxas de juros e estimulando o surgimento de novas instituições financeiras. Isso e mais as elevadas taxas de juros estimularam a entrada de capital de curto prazo, suprimindo a restrição de crédito externo.”

Tais medidas impactaram negativamente na balança comercial tendo em vista o crescimento maior das importações em relação às exportações. Sobre o reflexo desse aumento das importações no setor industrial, SARTI e FURTADO (1993:160-1) afirmam que:

“Em termos setoriais as atividades mais penalizadas foram justamente as de maior conteúdo industrial e produção ligada ao mercado interno – como a metalmeccânica, a de produção de bens de capital e de bens duráveis. (...) Este fato provocou efeitos graves sobre inúmeras empresas, sobre o funcionamento da economia Argentina e sobre os trabalhadores. As empresas com atividades concentradas nos setores duramente atingidos foram levadas, em muitos casos, a encerrar as suas atividades; em outros a buscar alternativas de produção e mercado (...) As empresas sobreviventes ou que se fortaleceram neste processo foram aquelas voltadas para a exportação, especialmente as ligadas ao setor primário e intensivas em recursos naturais(...)”

Diante disso...

“Ao final da sua ditadura militar, a Argentina possuía uma estrutura econômica e industrial muito mais frágil do que antes. Esta fragilidade pode ser percebida de forma simples, por exemplo a partir da própria evolução do produto total e de seus componentes, agropecuário e industrial.”

Para se ter uma idéia do estrago, em uma comparação com o Brasil...

“Enquanto o PIB brasileiro quase triplicou entre 1970 e 1989, o argentino teve uma elevação muito modesta. Por estas evoluções muito diferentes, o PIB do Brasil passou de menos de duas vezes para quatro vezes o da Argentina.(...) O produto da indústria de transformação Argentina teve um crescimento de apenas 21% entre 1970 e 1980 (e o da brasileira, 139%). Em 1989 o produto industrial argentino era inferior ao de vinte anos antes.”

Para o desespero de Prebisch e seus seguidores, os dados mostram que, a partir de 1976, entrou em curso na Argentina um preocupante processo de desindustrialização, principalmente se levarmos em consideração a significativa redução da indústria de bens de capital. Num processo de industrialização, o setor de bens de capital é de fundamental importância, na medida em que é o setor responsável pela reprodução da capacidade produtiva da economia e por tornar endógena as decisões de investimentos. Não foi a toa que os países latino-americanos empreenderam um esforço muito grande no sentido de internalizar a produção de uma quantidade cada vez maior desses bens, principalmente a partir da década de 1950, ainda que de forma incompleta.

Quando se desestrutura esse setor, como aconteceu na Argentina, volta-se ao período em que a capacidade de importar é o que determina o grau de reprodução de capacidade produtiva. É por essas e outras que alguns especialistas consideram que um processo de industrialização só se completa quando se internaliza a produção de bens de capital. Por isso, estamos afirmando que as medidas liberalizantes, adotadas pelos militares na Argentina a partir de 1976, produziram um efeito contrário, ou seja, de desindustrialização.

Logicamente que, numa situação como a que acabamos de descrever, o quadro social teve uma tendência a se deteriorar. O reflexo imediato é no aumento da taxa de desemprego que se eleva de uma taxa de 3,7% em 1975 para 5,0% em 1981/82. Se somarmos com o desemprego oculto em 1980, que foi de 6,2%, em 1981/82 temos uma taxa de desemprego aberto na casa dos 11,2%. Quanto a distribuição de renda, os 40% mais pobres da população perderam 1,2% na participação da renda, enquanto os 10% mais ricos tiveram acréscimo de 3,6%. A Inflação salta de um crescimento médio de 191,1% entre 1975 e 1980 para 322,6% entre 1980 e 1985.⁷

A abertura comercial também teve outro efeito colateral: o crescimento das importações num patamar acima das exportações produziram seguidos déficits comerciais, que acabaram sendo financiados por um crescente endividamento externo. Na realidade, a Argentina seguiu o mesmo caminho percorrido por várias economias do continente quando aproveitou as facilidades de obtenção de créditos externos na década de 1970 – visto que a elevada liquidez no mercado financeiro internacional, possibilitava a concessão de créditos a prazos cada vez mais longos e spreads cada vez menores –, para financiar os déficits em suas contas externas. O resultado desse processo foi que a dívida externa salta de US\$ 5,2 bilhões em 1970 para US\$43,1 bilhões em 1980.⁸

3- De 1983 A 1989: volta da democracia e crise interna

Após os “excelentes” serviços prestados à nação como recessão, inflação em patamares elevados, crise da dívida, degradação do quadro social e fracasso da aventura bélica contra o ingleses, os militares finalmente cedem e convocam eleições, que vão dar vitória a Raul Alfonsín em outubro de 1983.

Depois de uma ano e oito meses de difícil administração da crise e principalmente da inflação que chegava a índices alarmantes, Alfonsín anunciou em 15 de junho de 1985 o seu principal trunfo para conter o processo inflacionário: o Plano Austral. A opção pelo chamado “choque heterodoxo” – primeiro no gênero na América Latina – em detrimento das políticas tradicionais de combate à inflação, suscitou enorme perplexidade pelo ineditismo das medidas e gerou um clima inicial de

⁷ Dados em IADEROZZA(2002)

⁸ Dados em IADEROZZA (2002)

grande euforia entre os argentinos, já muito castigados pela ortodoxia monetarista. Enfim, uma nova alternativa. Mas em que consistiam as medidas do plano para conter a inflação? Na teoria da Inflação Inercial que vinha se desenvolvendo no Brasil desde o início da década de 1980. ROZENWRCEL (1986: 40) nos mostra as principais medidas de política econômica contidas no programa de estabilização, que significou uma importante intervenção do Estado na economia, principalmente no sistema de preços:

a)- “congelamento por tempo indeterminado de preços, salários e tarifas de serviço público; b)- reforma monetária, pela qual se substituiu o Peso argentino por uma nova moeda de curso legal, o Austral, a uma paridade de mil Pesos argentinos por Austral; c)- estabelecimento de uma taxa de câmbio fixa de oitenta centavos de Austral por Dólar; d)- compromisso oficial de não financiar com emissão monetária o déficit fiscal e de associar o crescimento da base monetária exclusivamente ao aumento das reservas internacionais; e)- redução do déficit consolidado de caixa do setor público a 2,5% do PIB no segundo semestre de 1985(...); f)- criação de uma escala de conversão de Pesos argentinos em Austrais (...) g)- drástica redução das taxas de juros – tanto as passivas, quanto as ativas –, fixadas a partir de 17 de junho em 4% e 6% para os depósitos e empréstimos de 30 dias, e mais tarde reduzidas para 3,5% e 5%, respectivamente.”

O impacto de tais medidas sobre a inflação foi extremamente positivo, caindo de um patamar de 30,5% em junho, para 6,2% em julho e 3,1% em agosto, permanecendo em patamares baixos até o final do ano e também no ano de 1986.⁹ Mas a partir de 1987, as dificuldades em manter a inflação baixa se tornaram evidentes e ao final da década, a inflação voltou a subir assustadoramente, passando de 388% em 1988 para o incrível patamar de 4.924%. Este fato, somado ao baixo crescimento da economia no período – média de crescimento de 0,9% entre 1985/1990, contra 0,8% entre 1982/1984¹⁰, não só deram a vitória ao opositorista Carlos Menen nas eleições presidenciais de maio de 1989, como fez com que Alfonsín renunciasse em julho de 1989 para antecipar a posse do novo presidente. Inicia-se a partir de então, a aventura neoliberal na Argentina sob a batuta do Ministro Domingo Cavallo.

4. A Década de 1990: o neoliberalismo e a armadilha do câmbio fixo.

O governo Menen implementou um programa de ajuste neoliberal, cuja consistência foi além do que poderiam esperar os formuladores do Consenso de Washington. A dupla Menen e Cavallo empreendeu um esforço sobrenatural no sentido de liberalizar interna e externamente as relações econômicas do país, sendo que as principais iniciativas nesse sentido foram: adoção de um amplo programa de

⁹ Dados em IADEROZZA (2002)

¹⁰ Dados em IADEROZZA (2002)

privatização – talvez o mais abrangente no continente latino-americano –, a desregulamentação progressiva da economia e a abertura econômica possibilitada principalmente pela política de câmbio fixo. Apesar de considerarmos que todas essas medidas impactaram de maneira negativa na economia, vamos nos ater àquela medida que, a nosso ver, trouxeram maiores problemas para a Argentina, inclusive de difícil solução a médio e longo prazo: o câmbio fixo e a abertura econômica.

A pressão pela abertura comercial aumentou ainda em 1989 ante o quadro de hiperinflação que se instalou no país ao final do governo Alfonsín, com objetivos claramente de curto prazo. Contudo, esse processo se intensificou com a valorização cambial praticada em 1990 e sobretudo, a partir de 1991 quando o governo lançou o Plano de Convertibilidade que fixou o câmbio argentino pela via institucional.

Um fator foi de fundamental importância para que o plano pudesse ter se viabilizado politicamente, como nos mostra TAVARES (1993: 93):

“Quando se formulou o plano Cavallo, produziu-se uma inesperada aliança entre as expectativas dos setores populares, que deram suporte ao presidente Menem, e os setores mais conservadores e abastados do empresariado argentino, aliança que tem dado uma extraordinária capacidade de manobra ao ministro. (...) O acordo entre os empresários e governo, cujo partido controlava a grande central sindical, restabeleceu a confiança no governo argentino, que nunca, em todo o período do pós-guerra, havia conseguido um acordo social e político tão amplo.”

O ambiente favorável produzido pelo apoio da sociedade ao plano, fez com que a economia voltasse a apresentar taxas de crescimentos elevadas, com redução da inflação e do nível de desemprego nos primeiros anos de governo (Tabela 1). Contudo, a lua de mel chegaria ao fim quando finalmente a política econômica, baseada no câmbio fixo, começou a mostrar-se inviável. TAVARES (1993:94-5) nos dá uma pista:

“O ponto fraco do Plano está em sua maior virtude e sucesso originais: a conversibilidade da moeda a uma taxa de câmbio fixo. Os resultados foram maus em termos da balança comercial e, (...)a Argentina foi invadida por mercadorias vindas do exterior...”

CANO (1999: 139-40) concorda e acrescenta:

“O êxito da estabilização trouxe seqüelas graves: câmbio e abertura comercial baratearam as importações (quintuplicaram entre 1990 e 1994) e os serviços internacionais, com o que o saldo do Balanço de transações correntes (em bilhões de dólares) passa de 4,6 em 1990 para -0,6 em 1991 e -11 em 1994. Esse enorme rombo foi coberto por elevadas entradas de capital (autônomo) estrangeiro, que

somaram pouco mais de US\$44 bilhões entre 1991 e 1994, dos quais apenas 12 como investimento direto, e destes, 5,3 foram para privatizações. Com isso, a dívida externa salta de 62 para 79,5 bilhões entre 1990 e 1994, e a responsabilidade do governo, de 49 para 61.”

TABELA 1
Indicadores do Desempenho da Economia Argentina de 1991 a 1999

Ano	PIB (%)	PIB <i>per capita</i>	Desemprego Aberto (%)	Inflação (IPC)
1991	10,6	9,1	6,5	84,0
1992	9,6	8,1	7,0	15,5
1993	5,7	4,3	9,6	7,4
1994	5,8	4,5	11,5	3,9
1995	-2,8	-4,1	17,5	1,6
1996	5,5	4,2	17,2	0,1
1997	8,1	6,7	14,9	0,3
1998	3,9	2,6	12,9	0,7
1999	-3,0	-1,2	11,3	-1,8

Fonte: CEPAL (2000)

TABELA 2
Argentina: Contas Externas de 1991 a 1999 (em US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Transações Correntes
1991	14386	11566	2820	-647
1992	15418	19277	-3859	-5488
1993	16457	22042	-5585	-8033
1994	19451	27282	-7831	-10949
1995	25016	25985	-969	-4938
1996	28471	30077	-1606	-6468
1997	30940	37241	-6301	-12036
1998	31093	38493	-7400	-14698
1999	27757	32557	-4799	-12155

Fonte: CEPAL (2000)

TABELA 3							
Gasto por Função: Governo Central Consolidado							
Argentina entre 1991 e 1997 (dados em %)							
Tipo de Gasto	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Educação	9,3	4,7	5	5,5	5,5	5,7	5,7
Saúde	2,4	2	1,7	2,4	2,7	2,5	2,3
Seguridade	44,4	50,7	52,4	53,8	57,8	53,3	52,3
Sub Total	56,1	57,4	59,2	61,7	62	61,6	60,4
Juros	10,8	9,6	7,4	8,2	10,5	11,5	12,8
Salários	24,8	19,6	16,4	16,3	17	16,2	16,1
Total	100	100	100	100	100	100	100
Nota: não inclui empréstimos e amortizações							
Fonte: Pires (2000:305)							

Impossibilitado de fazer qualquer alteração na política cambial, tendo em vista os riscos que tal medida poderia impor para a economia argentina – principalmente se considerarmos que em 1994, conforme citação de CANO acima, do total da dívida externa, US\$18,5 bilhões pertenciam ao setor privado e US\$61 bilhões pertenciam ao governo, logo, qualquer alteração no sentido de desvalorização cambial poderia levar a uma insolvência nesses setores – o governo foi vendo as contas externas se deteriorarem rapidamente com o déficit em transações correntes chegando a US\$12.036 em 1997 e US\$14.698 em 1998 (Tabela 2). Com isso, a dívida bruta (% PIB) que em 1991 era de 32,3% salta para 51,2% em 1999 (Cepal, 2000).

Diante disso, o desempenho da economia, passado o período de euforia inicial, ficou cada vez mais prejudicado. Os dados da Tabela 1 servem para ilustrar nosso argumento, sobretudo se olharmos para o comportamento do PIB e da evolução da taxa de desemprego. Nos anos iniciais da adoção do plano (1991-1994), a economia cresceu a uma taxa anual média em torno de 8%, enquanto a evolução do desemprego aberto ficou na casa de 8,6% ao ano. Quando nos voltamos para o período que compreende 1995 a 1999, a taxa média anual de crescimento do PIB caiu para 2,3, e a taxa de desemprego aberto elevou-se brutalmente batendo na casa dos 15,3% anuais.

Diante de tudo que foi exposto, é possível ter-se uma idéia dos reflexos desse processo de deterioração econômica na distribuição de renda. Se considerarmos os dados de 1990 a 1998, veremos que os mais pobres tiveram uma redução de 5,7% para 4,2% no total da renda, enquanto os 20% mais ricos elevaram sua participação na renda total de 50,8% para 53,2%. Já os 10% mais pobres sofreram redução de 2,7% para 1,5% na renda total, enquanto os 10% mais ricos tiveram uma elevação de 34,6% para 37,3%.¹¹ A diminuição dos gastos do governo em áreas prioritárias para a população mais carente (Tabela 3), também contribuiu para a deterioração do quadro social

¹¹ Dados em CANO (1999)

na Argentina, que um dia já teve o padrão de vida mais elevado entre os países da América Latina. Como se pode notar, os gastos com juros foram superiores aos gastos com saúde e educação, que sofreram redução ao longo da década.

O único ponto favorável do programa neoliberal argentino, aliás, como de resto em todos os países da região que adotaram tal modelo – inclusive o Brasil –, foi o controle do processo inflacionário (Tabela 1). Fora isso, o que se viu na década de 1990 foi: baixo crescimento, sucateamento do parque industrial, estupendo desequilíbrio nas contas externas, taxas de desemprego elevadíssimas e deterioração do quadro social.

Referências bibliográficas

CANO, Wilson. *“Soberania e política econômica na América Latina.”* São Paulo: Unesp, 1999.

CEPAL. *“Estúdio Económico de América Latina y Carybe.”* Santiago do Chile, 2000.

FURTADO, Celso. *“A economia latino-americana”.* São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

HOBBSAWM, Eric. *“A era dos extremos: o breve século XX.”* São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IADEROZZA, Fábio Eduardo. *“O avanço neoliberal e o ajuste das economias latino-americanas na década de 1990: uma análise crítica das experiências no Chile, na Argentina e no Brasil.”* Dissertação de mestrado, PUC São Paulo, 2002.

PIRES, Júlio Manuel. *“O ajuste fiscal na América Latina e seu impacto sobre as políticas públicas.”* In: Kon, A (org.) *Costos sociales de las reformas neoliberales em América Latina.* São Paulo: PUC, 2000.

ROZENWRCEL, Guilherme. *“Inflação e estabilização na Argentina: O Plano Austral.”* In: Arida, P. (org.) *Inflação Zero.* São Paulo: Paz e Terra, 1986.

SARTI, Fernando e FURTADO, João. *“Os setores industriais no mercosul.”* In: *Mercosul: integração na América Latina e relações com a comunidade europeia.* Campinas: Editora Caja, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luiz. *“(Des)ajuste global e modernização conservadora.”* São Paulo: Paz e Terra, 1993.